

UMA QUESTÃO DE IMAGEM: ORIENTADOR É AUTOR? UMA DISCUSSÃO À LUZ DE FOUCAULT, MAINGUENEAU E DUCROT

Silvia Adélia Henrique Guimarães*

Resumo: O principal objetivo deste trabalho foi pesquisar o tema autoria e aplicá-lo à perspectiva de profissionais que orientam pesquisas. Os dados foram gerados através de entrevistas e questionários realizados com seis orientadores de mestrado que atuam no Rio de Janeiro, dos quais foram selecionados 28 recortes que tocaram direta ou indiretamente no tema autoria. Baseado na AD francesa, este estudo traz contribuições teóricas de Foucault (2001) e Maingueneau (2010). Além desses, Ducrot substancia a análise dos dados, através do estudo da Negação e da Polifonia resgatada de Bakhtin, encontradas nos enunciados. Os resultados sugerem que a maioria dos orientadores entrevistados não se sente realizando um fazer burocrático, mas coautor das dissertações que orientam. Tais resultados sugerem a necessidade de estudos sistematizados e discussões aprofundadas sobre o que é ser autor, afinal; e sobre a imagem que os orientadores constroem de si a partir de seus próprios discursos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso do Orientador; Autoria; Noção e Imagem de Autor; Negação.

Abstract: The main objective of this study was to investigate the authorship issue and applies this to the perspective of professionals that guide research. Data were generated through interviews and questionnaires conducted with six guiding masters working in Rio de Janeiro, of which 28 were selected clippings directly or indirectly touched on the theme author. Based on the French AD, this study provides the theoretical contributions of Foucault (2001) and Maingueneau (2010). Besides these, Ducrot substance data analysis through the study of negation and Polyphony rescued from Bakhtin, found in the statements. The results suggest that most respondents do not feel guiding performing to a bureaucratic, but co-author of essays that guide. These results suggest the need for systematic studies and detailed discussions about what is to be an author at all, and the image that the guiding construct for themselves from their own speeches.

Keywords: Discourse Analysis; Speech Adviser, Author, Image Concept and Author; Denial.

Introdução

“É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo?” (Benveniste)

Os trabalhos voltados para a prática docente pelo viés da Linguística Aplicada têm-se multiplicado nos últimos anos. Tendo em vista a relevância do tema e as várias possibilidades de atuação do profissional professor, os trabalhos têm abarcado a prática docente em seus diversos segmentos, desde o nível básico até a Pós-Graduação. Contudo, não localizamos trabalhos que dessem destaque à voz do professor sobre o seu

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL – UERJ – RJ – Brasil. E-mail: sguimaraes05@hotmail.com. Orientação: Prof. Dra Gisele de Carvalho.

fazer como orientador no programa de Pós-Graduação. Vimos trabalhos relevantes que abordavam a relação orientador-orientando¹; e que tratavam a importância do orientador no processo de escritura do seu orientando, mas não pesquisas que refletissem como o orientador, enquanto sujeito discursivo, na perspectiva da palavra enquanto ação no mundo, fomenta as pesquisas em linguagem.

Assim, pela perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso (ACD), entendemos que a relevância de trazer este tema para uma pesquisa reside na abertura de espaço para a voz do professor-orientador, e as discussões por ela propostas, relacionando-as à política educacional brasileira. O que subsidiou nossa pesquisa de mestrado, “Trazendo à baila a voz que fomenta pesquisas em linguagem: uma análise crítica do discurso do professor-orientador através do Sistema de Transitividade”.

Na referida pesquisa, abordamos o que os sujeitos tinham a dizer sobre o fazer orientação. Contudo, um assunto que não foi aprofundado naquela investigação, embora amplamente evocado, foi o tema *autoria*. Assim, por soar relevante tanto para o contexto acadêmico quanto para os sujeitos da pesquisa, decidimos encontrar um espaço para analisar, discutir e divulgar a questão.

Contudo, encontrou-se pouco referencial na ACD que desse margem à investigação minuciosa ao tema autoria. Assim, provocadas pelo assunto, nas aulas de AD, pelos professores Décio Rocha e Vera Sant’Anna, decidimos trabalhar o que Moita Lopes (2006) chama de “Linguística (IN)disciplinar”, que, partindo de um contorno temático, perpassa diversas disciplinas para encontrar respostas que desnaturalizem uma questão, proposta que equivale ao que a ACD chama de transdisciplinaridade (Fairclough, 2001).

Nesse sentido, a AD francesa mostrou-se uma contribuição valiosíssima para aprofundarmos de forma teórico-prática o tema que surgiu de forma recorrente no discurso dos orientadores entrevistados: a autoria.

Trazer para esta investigação algumas ferramentas teórico-analíticas da Análise do Discurso (AD) francesa não parece confrontar os pressupostos teórico-metodológicos - e muito menos epistemológicos - da Análise Crítica do Discurso (ACD), área em que nossa dissertação se inscreveu. Apesar de vermos uma boa parte dos estudos em ACD analisando os dados linguísticos pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), ou por outras categorias de análise propostas pela própria ACD, o próprio Fairclough sugere que outras áreas da linguística podem ser aproximadas dos estudos que relacionam as micro às macroanálises discursivas: alguns estudos em ACD, por exemplo, têm dialogado com Dominique Maingueneau, e o próprio Foucault tem dado base filosófica para as duas agendas, à AD e à ACD.

A possibilidade de associar recortes das entrevistas geradas para a investigação no mestrado ao tema autoria surgiu pela primeira vez quando refletíamos a leitura de Foucault (2001).² Em seguida, em análise linguística minuciosa, percebemos quão importante é essa questão para os sujeitos da pesquisa, e quão relevante, portanto, seria abordá-la em um trabalho.

Assim, da necessidade dos orientadores de tocar no tema; e da necessidade de discussões que atualizem as teorias do polêmico tema autoria, nasceram os objetivos do presente trabalho: a) abordar o tema autoria sob consistente abordagem teórica, e estudar como ele está perpassado em Foucault (2001), Maingueneau (2010) e Ducrot (1987), já que estes autores, nas suas semelhanças e diferenças teórico-metodológicas, incitam o tema que ainda atualmente é tão polêmico e complexo; b) estudar o tema a partir da voz de profissionais que trabalham com autoria, o que pode provocar

¹ Flecha (2003) e Mazzilli (2009) são exemplos de pesquisas sobre o tema.

² Agradecemos à Prof. Vera Sant’Anna por ter se disponibilizado a nos atender quando estas ideias eram um embrião, e não sabíamos ainda como abordá-las.

discussões que atualizem e provoquem discussões sobre o que é ser autor; c) analisar linguisticamente os dados pela noção de Negação de Ducrot e pelo conceito de Polifonia, a fim de evitar que as discussões incorram em simples emissão de opiniões da articulista, sendo o mais fiel possível ao que os enunciadores entendem sobre o seu papel.

Não pretendemos, na discussão dos dados, trazer respostas ou emitir pareceres, mas objetivamos lançar algumas perguntas, novas inquietações, a fim de incitar os pertencentes à academia a respostas, mesmo empíricas, subjetivas e incipientes, a essas indagações.

Pressupostos metodológicos

Este trabalho filia-se ao paradigma qualitativo (ALVEZ-MAZZOTTI, 1999). Assim, a partir das identificações socialmente naturalizadas do professor-orientador de dissertações de mestrado, surgiu a pergunta matricial: “Como se dá a construção do discurso do orientador?”. Pergunta esta desdobrada aqui da seguinte forma: “Como estão difundidas as crenças sobre autoria no trabalho de orientação?”.

Por não termos objetivado avaliar a *prática* do orientador, mas o *discurso* dele sobre o seu papel, possibilitando espaço de reflexão sobre o seu próprio fazer, a geração dos dados foi promovida a partir da voz de seis orientadores: dois de uma universidade federal (Cláudia e Fátima), dois de uma universidade estadual (Paulo e Raquel) e dois de uma universidade privada (Rafaela e Consuelo),³ os quais receberam nomes fictícios para terem suas identidades preservadas. Todos atuam no Rio de Janeiro, visto que, por ser onde residimos, facilitaria a pesquisa.

A escolha dos professores participantes deu-se a partir de requisitos como: atuação em orientação de dissertações, filiação à área da linguística/linguística aplicada e predisposição para participar da pesquisa. Após uma série de procedimentos necessários, como a aprovação do projeto por um Comitê de Ética, contato com os professores e disponibilização dos mesmos, procedemos a uma entrevista semiestruturada. Com perguntas abertas, objetivamos principalmente deixar que eles falassem livremente sobre os assuntos em questão, permitindo, inclusive, desdobramento dos mesmos. Esses dados foram coletados via gravação em áudio, e transcritos.

O presente trabalho compreende as respostas dadas a uma pergunta formulada na entrevista “Ao orientar, sente-se como um contribuinte direto das pesquisas em linguagem?”; e as respostas à seguinte pergunta do questionário “Em sua opinião, existem aspectos no trabalho de orientação que ainda não acontecem satisfatoriamente? Se sim, comente o(s) nível (is) em que isso ocorre, justificando”, cuja transcrição completa consta do “Anexo 1” do presente trabalho. Destas transcrições foram selecionados 28 recortes enunciativos. O objetivo, ao selecionar o corpus deste trabalho, foi verificar se os enunciados abordavam, direta ou indiretamente, o tema autoria, e se apresentava polifonia. Os recortes enunciativos aparecem ao longo do texto separados pelos enunciadores e em forma de tabelas, os quais foram retomados nas análises. Apenas na subseção “A Polifonia das crenças” os dados aparecem com os diversos enunciadores em uma mesma tabela, devido ao número menor de dados. Compreendemos que esta forma de apresentar os dados facilitaria ao leitor visualizá-los conhecê-los antes das análises, o que pode ser positivo para uma leitura mais neutra.

³ Os sujeitos desta pesquisa têm entre sete anos e treze anos de experiência com orientação, conforme o ano em que começaram a orientar na pós-graduação: Cláudia: 2005; Fátima: 1998; Paulo: 1999; Raquel: 2003; Rafaela: 2002; Consuelo: não informa.

Os conceitos de Ducrot (1987) contribuíram tanto para as reflexões teóricas quanto para as análises linguísticas do corpus, levando-se em conta as negações encontradas no dizer dos entrevistados. Assim, apesar da aparente priorização de Ducrot, os três autores são iguais e substancialmente importantes, visto que este contribui para a análise linguística dos dados, com a teoria da “Negação”; e Foucault (2001) e Maingueneau (2010) apresentam-se como contribuições teóricas relevantes para o aprofundamento da questão de autoria emergente dos dados, contribuindo, assim, para as discussões dos resultados das análises.

Ousando subverter o gênero artigo científico, já nos pressupostos teóricos começamos a dialogar com o atual contexto acadêmico, tecendo questões relativas à autoria a partir das questões levantadas pelos enunciadorees. Ahamos pertinente fazê-lo neste trabalho, pois conseguiríamos retomar tais diálogos devido ao espaço deste gênero. Assim, entendemos, essa antecipação ajuda a releitura dos três principais teóricos que perpassam o trabalho, contextualizando-a, e contribui para o aprofundamento das questões levantadas pelos enunciadorees na seção da análise linguística.

Este trabalho, portanto, a partir das estratégias metodológicas nele inseridas, busca respostas que: a) fomentem questões de cunho macrossocial – a representação desses orientadores em seus múltiplos papéis a partir das análises linguísticas; e b) contribuam para a revisão da literatura sobre o tema, inclusive testando as categorias de análise.

A autoria em Foucault.

Retomando a ideia difundida sobre “a morte do autor”, Foucault (2001) refaz um percurso sobre a questão da autoria, sugerindo novas reflexões sobre o tema. Pretendemos explorá-las, aqui, tendo em vista sua relevância para os dados.

A referida morte já era um conceito socialmente difundido, em que o autor passa a ser apagado, como, segundo Barthes (2004), uma “figura de fundo”, que está resumido, ainda em Barthes, da seguinte forma:

o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para então, além do da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora. (p.3)⁴

Assim, a partir dessa ideia sobre a morte do autor, é que Foucault (2001) refaz o percurso, sugerindo um reencaminhamento para a questão. Segundo ele, “A obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor” (p. 7), acrescentando que “essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve” (IBIDEM).

Apesar de o tema ser bastante complexo, e o autor da modernidade receber características disseminadas em vários gêneros literários, este princípio do apagamento do autor acaba sendo manifestado em diversos gêneros textuais, inclusive no acadêmico. Primeiro, porque a própria epistemologia científica recebe um teor de verdade absoluta, portanto, acima dos possíveis sujeitos empíricos; o que leva essa verdade absoluta a receber uma marca de impessoalidade nos registros escritos. Assim,

⁴ Apesar de seguir as normas do Novo Acordo Ortográfico assinado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mantivemos, nas citações, as formas originais utilizadas para os textos publicados antes da vigoração do Novo Acordo, mantendo a literalidade dos mesmos.

a marca da impessoalidade ganhou uma ressignificação, para além da semiose, de verdade previamente testada, portanto, não pertencente a um sujeito, mas à ciência – marca essa reconhecida no Positivismo.

Outras duas noções atuais, vistas em Foucault (2001) parecem confirmar esse apagamento do autor. Uma é a noção de obra; outra, a de escrita. Para o filósofo, a noção de obra refere-se a um conjunto de arquivos que tem características peculiares, supondo que publicações, rascunhos, aforismos, podem ser pensados como parte de uma obra. Para a noção de escrita, Foucault (IBIDEM) tira de cena a escrita enquanto marca semiótica, para provocar temas subjacentes a ela: pensar a condição geral do texto – o tempo em que se dispersa, o espaço em que se inscreve.

Poderíamos relacionar esses três princípios comentados, à atual condição em que se inscrevem as produções acadêmicas. Em primeiro lugar, esse apagamento do autor, ainda prevalecente na academia, e que ainda traz marcas de um ser Onisciente que apenas coloca uma verdade verificada e verificável pode ser visto como *herança do Positivismo*. Marca bastante encontrada inclusive em trabalhos inscritos sob o paradigma Qualitativo. Sem intenção de referendar qualquer questionamento – trata-se de um assunto polêmico mesmo na academia –, apenas aponto esta forma de registro de pessoalidade como fato ocorrente.

As outras duas noções trazidas por Foucault também podem ser recontextualizadas; desta vez, a partir de um olhar mais específico: o do orientador como um provável coautor da pesquisa do aluno. Pensando na noção de obra e na noção de escrita, a partir das produções acadêmicas, algumas perguntas – reais e novamente despretensiosas – emergiram: se para Foucault a noção de obra refere-se a um todo, com características e marcas próprias, como ficaria essa noção se o professor orientador for visto como coautor dos trabalhos de seu orientando? Ao final de sua carreira, todas as suas orientações trariam sua marca de forma a fazê-lo ser reconhecido ali? Ou seriam mais determinantes se inseridas na obra daquele orientando, agora pesquisador? Ou ainda, esta noção, trazida de Foucault, não caberia neste caso?

Estas questões se salvariam da noção de escrita, já que Foucault argumenta que não a traria para o nível semiótico. Mas pensamos ser conveniente aplicar essas perguntas aos termos subjacentes que traz Foucault (o tempo em que se dispersa, o espaço em que se inscreve): se o trabalho do orientando for considerado em coautoria com aquele orientador, a Obra desse orientador ganharia maior abrangência? Isto considerando que os pontos de endereçamento do trabalho do orientando são vertentes em relação ao interesse principal de pesquisa do orientador.

Aqui poderíamos entrar em uma outra questão: para trabalhar o nome do autor, Foucault defende que este, mais do que um apontamento, é uma descrição. Exemplificando, diz que ao citar o nome Aristóteles, vem junto uma série de representações e indicações de conceitos, teorias e certas marcas características. Para Foucault, o nome do autor “exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si.” (p. 13). Assim, ele defende que o nome do autor não estaria no empirismo, ou na obra, “mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser (IBIDEM), ou seja, a função que tem esse autor.

A função autor inscreve-se, em Foucault, como uma característica tanto da própria produção, quanto da circulação e do funcionamento de certos discursos em relação em determinada sociedade. São Jerônimo (apud FOUCAULT, 2001) diz que quatro são os critérios para estabelecer a função autor: a) a inferioridade de um livro em relação à qualidade dos outros; b) a coerência conceitual e teórica que evite uma

contradição de doutrinas; c) a linearidade do estilo e d) momento histórico do sujeito empírico condizente com os dados abordados.

Da noção à imagem do autor: a perspectiva de Maingueneau.

Retomando e ampliando a função do autor, Maingueneau (2010) aborda o assunto de forma a problematizar a questão. Retoma, pois ele se vale dos apontamentos sugeridos por Foucault, no texto original de 1969,⁵ em que provoca o ressurgimento do autor, até então apagado; amplia, porque a partir de critérios que definiriam a função do autor, sugere tipos/categorias específicas de autores dependendo do nível de envolvimento em uma determinada obra.

Uma justificativa relevante para inserir esta questão na agenda da Análise do Discurso (AD), segundo ele, está no fato de a análise do texto estar imbricada em uma posição de autor. Este, ainda que não seja visto como ser empírico, representa uma “instância que enuncia” (MAINGUENEAU, 2010, p. 26), e que pode relacionar textos e lugares sociais – associação na qual a AD tem interesse.

Para inscrever a proposta desses conceitos, o autor em referência distingue os *corpora* conversacionais (analisados pelos estudiosos da América do Norte, cuja noção de autor parece estar indissociada da do locutor) e a dos *corpora* escritos (analisados pela AD, contudo, com dificuldades quanto ao tema Autoria) (IDEM).

Maingueneau julga que a dificuldade de a AD estudar a autoria nos *corpora* escritos pode estar nas dificuldades geradas por alguns discursos, como o literário, religioso e filosófico, nos quais a figura do autor é incontornável; ou ainda a dificuldade gerada pela polifonia e pela heterogeneidade (ou modalização).

Para Maingueneau (IDEM), o autor é considerado uma “categoria híbrida” (p. 26), já que pode ser conceituado em três níveis. A primeira dimensão por ele abordada é a do “autor-responsável”. Aqui, não se trata de um enunciador ou de um produtor empírico, mas do que ele vai chamar de “fiador” de um texto, defendendo que este aparece em todos os textos. A segunda dimensão é a do “autor-ator”. Este é o autor que, independente da carreira que segue, “organiza sua existência em torno da atividade de produção de texto” (p. 30). A terceira dimensão é a do autor-correlato-de-uma-obra. Este, denominado “auctor”, está associado a uma Obra (aplicado no texto como *Opus*, e que pode ser um conjunto de textos, mas também um único, ou ainda apenas um que tenha chamado a atenção, dentre tantos). O conceito de Maingueneau para Obra está respaldada em Foucault, e já discutida na seção anterior.

Tendo as noções de autor e a função de autor discutidas, cabe abordar, a partir daqui, “a imagem do auctor”. O ponto crucial desta temática é que esta imagem se consolida a partir do outro. Segundo Maingueneau, “será ‘auctor’ efetivo, fonte de ‘autoridade’, apenas se terceiros falam dele, contribuem para modelar uma ‘imagem de autor’ dele” (p. 31). Para isso, o autor em discussão destaca algumas etapas da emergência da figura do auctor: 1) a autoralidade dispersa, em que o produtor se situa como responsável por textos oriundos de interações rotineiras; 2) a publicação do próprio produtor em gêneros específicos; 3) a constituição de uma imagem de auctor, ou seja, o reconhecimento como auctor, proveniente de terceiros; 4) a auctoria maior, redundada na publicação de textos que originalmente não tinham este objetivo.

Uma questão ontológica surge para o debate, segundo o autor: a natureza das entidades. Respalda em Foucault, Maingueneau retoma “a existência de um nome de autor” (p. 33) para levar à discussão da obra enquanto expressão da personalidade

⁵ Citado na seção anterior pela edição de 2001.

singular de um auctor, na implicação do que Maingueneau chama de um certo “ponto de vista”, uma “convicção”, uma “visão de mundo”.

É a partir dessas fundamentações sobre autoria que Maingueneau trabalha a imagem do autor. Ele defende que

essa imagem não é analisada como uma dimensão consubstancial à enunciação, mas como fenômeno exterior à atividade literária propriamente dita, uma realidade instável e fluida que não pertence propriamente nem ao autor nem ao público nem ao texto, mas resulta da interação entre instâncias heterogêneas. (p. 138-139).

Assim, para este autor, é a soma dos participantes do processo que permite a criação de uma imagem do autor. Mas uma imagem que deve ser refletida longe das extremidades: que evite o contexto e o texto como espaços antagônicos em que ou o autor está no interior do texto, ou ele seja apenas uma entidade empírica. Uma reflexão que incite um trabalho que permeie análises nas “fronteiras e cruzamentos”, como costumam ser os trabalhos da AD (p. 139).

Maingueneau defende que “para que um indivíduo seja plenamente auctor, é necessário que terceiros o instituem como tal (...), conferindo-lhe uma imagem de autor” (p. 142). Nesse sentido, trazemos a pergunta para o seguinte crivo: o que os leitores, a academia, ao ler um texto acadêmico do gênero dissertação, criam de imagem desse autor? Eles inserem nessa imagem de autor uma soma orientador-orientando? Citam e por isso pensam apenas na pessoa do orientador enquanto autor? Em que instância autoral é colocada a pessoa do orientador nesse processo de promoção de imagem?

Para Maingueneau, a dificuldade sobre a concepção de imagem de autor surge de uma outra dificuldade de definição: o próprio termo ‘autor’, que ele chama de “incontornável e inapreensível” (p. 141).⁶ Estas questões, portanto, no limiar das não-respostas, podem provocar-nos ainda a inúmeras discussões.

O dizer em Ducrot.

Após as várias trajetórias e perspectivas dos estudos em linguagem, inclusive com as diferentes visões sobre a relação linguagem e mundo, foi notória a ênfase dada ao dito, ao conteúdo linguístico. Foi com a teoria da enunciação, através de Oswald Ducrot, que o foco no dizer ganhou espaço. Embora não dê muita ênfase ao contexto extralinguístico, para o autor, é pelo enunciado que se pode captar o dizer - embora o dizer seja maior que o dito. Nesta perspectiva, isso se explica porque os enunciados guardam em sua materialidade lingüística as direções argumentativas do dizer: de alguma forma, o dizer é afetado pelas direções argumentativas guardadas na memória da língua.

Apesar de não enfatizar a questão da autoria, como Foucault (2001) e Maingueneau (2010), consideramos que Ducrot (1987) pudesse ser produtivo nas reflexões sobre autoria, oferecendo suporte teórico-metodológico para a questão. Primeiro porque contesta um pressuposto da unicidade do sujeito falante (IDEM, p. 161), contestação essa que se alinha aos conceitos básicos da noção de autoria dos outros autores.

⁶ Maingueneau suspende sua discussão sobre o assunto abordando aquilo que ele chama de “algumas facetas da imagem de autor”. Após trabalhar o conceito de *regulação* (em que o autor reorienta a trajetória de sua Obra, através de entrevistas, debates, prefácios...) e *figuração* (posicionamento do autor como escritor: se viaja, se vive enclausurado, se aparece na mídia...), o autor destaca como essas facetas podem aparecer, constituindo a imagem que se lhe dará a partir do outro: a) o escritor: as escolhas de forma geral (dos signos, das expressões, das editoras...) e b) a pessoa: aspectos empíricos, biográficos desse autor. Como essas questões não se desdobraram no corpus, optamos por não destrinchá-las.

Ducrot retoma a noção de polifonia de Bakhtin, surgida da ideia de monofonia e polifonia, cujos conceitos, trazidos da música para os estudos de linguagem, remetem à ideia de marcação de voz. No primeiro, apesar da multiplicidade, quer parecer uma só voz; no segundo, as vozes, marcadamente, aparecem como diferentes. Desses conceitos de Bakhtin é que Ducrot sugere uma ampliação: Entende que a teoria de Bakhtin se restringiu aos textos, e não aos enunciados que constituem os textos. Isso, para Ducrot, impossibilitou o surgimento de um novo problema – para ser sanado: “não coloca em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz” (DUCROT, 1987, p. 161).

Nesta vertente teórica, as frases são consideradas pistas para chegar ao enunciado, este que é pista para a construção do sentido. Algumas terminologias básicas, difundidas por este autor podem ser necessários para o entendimento desta subseção. São elas: (I) Enunciado: definido como fragmento do discurso. Fica no domínio do observável, domínio dos fatos: suscetível de interpretações; (II) Enunciação: produto da atividade do sujeito-falante; um segmento do discurso; um acontecimento que inaugura um sentido. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico; (III) Enunciador: centro de perspectiva; marca a origem dos pontos de vista; (IV) Significação: caracteriza semanticamente a frase; (V) Sentido: caracteriza semanticamente o enunciado; (VI) Locutor: aquele que toma a palavra. Pode coincidir – ou não – com o sujeito empírico.

Outros conceitos validados em Ducrot (1987), e usados nesta investigação como categoria de análise, merecem apontamento: as negações. Para ele as negações revelam mais do que as afirmações, por jogarem luz a afirmações subjacentes – e com isso, certas crenças. O critério de seleção dessa categoria de análise está respaldado na opção de usar as negações dessas enunciações para discutir as crenças subjacentes ao tema autoria.

Ducrot (1987) distingue três tipos de negações: a *negação descritiva*, a *negação polêmica* e a *negação metalingüística*. A *negação descritiva* tem um fundo mais assertivo: descreve um estado de coisas, negando-o, mas conservando um pressuposto, como no exemplo “não há nenhuma nuvem no céu” (p. 203), a qual, inclusive, pode ser parafraseada sem comprometer seu sentido original: “o céu está absolutamente limpo” (IBIDEM). A *negação polêmica* define-se pela oposição a uma opinião inversa, ao mesmo tempo em que mantém os pressupostos, como no exemplo dado por Ducrot “Pedro não é inteligente” (p. 204). Já a *negação metalingüística* nega uma ideia, cancela um pressuposto positivo expresso no enunciado. (IBIDEM).

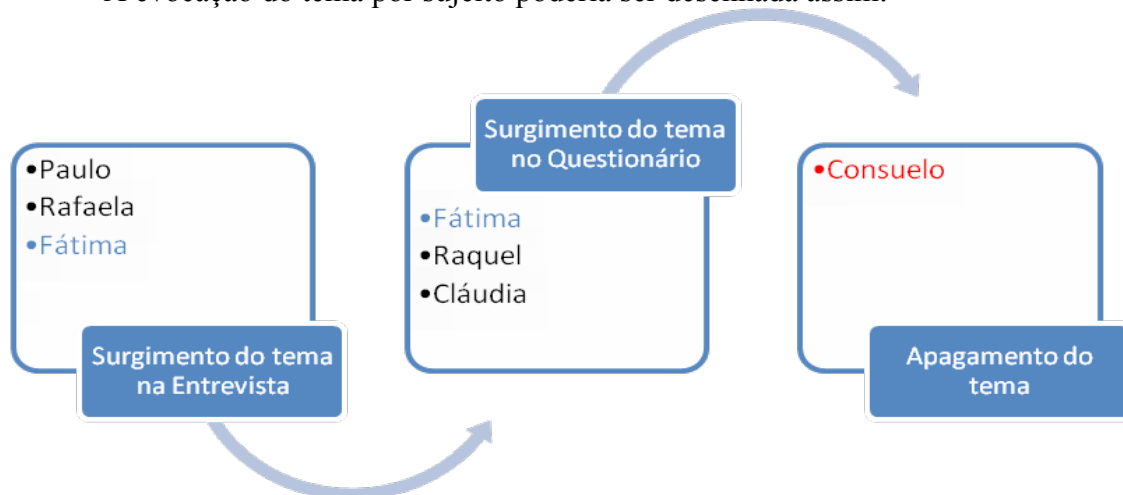
Um outro nível de negação parece importante para a análise dos enunciados: o da polaridade negativa. Certas expressões são clássicas em enunciados negativos, não cabendo a enunciados afirmativos; são expressões marcadas morfológica e semanticamente como negativas. Nesta investigação, surgiram marcas semânticas de negação, para as quais atribuímos este conceito (como em “eles demoram para escrever”).

Estes conceitos, aplicados ao corpus podem, por um lado, contribuir para verificar como os conceitos de autoria estão postos nesses enunciados: o que é polêmico, o que se nega, o que se descreve; e podem, por outro lado, atuar como revisão de literatura, aplicando a teoria a um tema relevante e contemporâneo para a Academia. Seguem, portanto, as interpretações das negações no corpus, objetivando verificar como tais conceitos podem se aplicar.

Análise e discussão dos dados

A seleção deste corpus deu-se a partir do tema autoria e coautoria, surgido principalmente nas perguntas “Ao orientar, sente-se um contribuinte direto para as pesquisas em Linguística?”, geradas nas entrevistas; e da pergunta “Em sua opinião, existem aspectos no trabalho de orientação que ainda não acontecem satisfatoriamente? Se sim, comente o(s) nível (is) em que isso ocorre, justificando”.⁷

A evocação do tema por sujeito poderia ser desenhada assim:



A construção da imagem do autor nas negações.

Se para Ducrot (1987) as negações revelam mais do que as afirmações, por desvelarem afirmações subjacentes, e com isso, certas crenças, torna-se uma boa opção usar as negações dessas enunciações para discutir as ideologias⁸ subjacentes ao tema autoria.

Este autor (IDEM) distingue três tipos de negações: a negação polêmica, a negação descritiva e a negação metalingüística, conforme explicitadas na seção revisão de literatura. Vejamos como essas negações emergem nas enunciações e o que podem revelar sobre a identificação do professor-orientador:

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Rafaela.

- (1) Às vezes ficam muito tempo sem produzir nada.
- (2) “MEUS mestrandos, entendo eu, eles estão, eles escrevem BEM: devagar, eles deMO:ram escrever”
- (3) “Aí de repente aparecem com uma porção de capítulos.”.

Tabela 1: Recortes enunciativos da entrevista de Rafaela.

⁷ Além dessas perguntas, usamos uma outra, “Costuma ocorrer alguma divergência nessas conversas (com seus pares)? Se sim, de que tipo?”, que foi utilizada apenas para um dos sujeitos, o qual evocou tal resposta ao responder à pergunta do questionário.

⁸ O conceito de ideologia assumido neste trabalho não é conclusivo: na perspectiva assumida, as situações e contextos podem revelar ideologias, já que são também representações dos aspectos desse mundo. Nesse sentido, as ideologias contribuem para o estabelecimento e a manutenção das relações de poder, dominação e exploração (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). À ideologia cabe o papel de sustentar as relações assimétricas de poder, reproduzindo a ordem social dos grupos dominantes e os indivíduos que a eles pertencem. Esse poder é estabelecido e/ou reproduzido, não pelo uso da força, mas pelo consenso, mediante “concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (Idem, 2001, p. 122).

Apesar de não citar literalmente o tema autoria, este enunciador parece trazer o processo de produção textual como promotor de angústia para orientador, bem como sua responsabilidade sobre o processo. A emergência da angústia do orientador nesse processo foi que me motivou a inserir este recorte no presente cópula, já que parece se coadunar às demais enunciações em seu escopo.

No enunciado (1), apesar de não identificarmos uma negação direta, podemos perceber um fenômeno de polaridade negativa, através do processo semântico de negação, que poderia ser lido como “durante tempos não produzem nada”, que carrega a afirmação subjacente: “eles devem produzir de forma contínua”.

Vemos o processo se repetir no enunciado (2). A afirmação subjacente aí contida parece ser: “os mestrandos escrevem dentro de prazos”. Este prazo, podemos inferir, não parece carregar marcas de temporalidade cronológica ou institucional. Assim como abordados nas enunciações em Paulo, podem referir-se a um tempo acadêmico, um tempo de reflexão, que deveria ser continuado para possibilitar um andamento também continuado, de troca mais efetiva entre orientador e orientando; que possibilite um tempo de reflexão inclusive do orientador. Esta ideia aparece confirmada no enunciado (3).

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Paulo.

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">(4) se o seu orientando não tá no momento de produzir(5) eu sei que escrever é difícil, algumas coisas precisam se tornar pra isso(6) você então fica imobilizado não podendo continuar(7) Tem uma pista interessante, um achado legal. Mas um achado legal que não tá no meu nome. Né?(8) Eh: é importante que esteja tudo no meu nome? Não sei.(9) (não me sinto coautor de trabalhos) com os quais eu não criei uma afinidade maior, né? Com os quais eu acho que não tive uma implicação(10) E não gosto de me ver refletido no trabalho do outro. |
|--|

Tabela 2: Recortes enunciativos da entrevista de Paulo.

No enunciado (4) acima, podemos inferir que se trata de uma negação descritiva, primeiro porque, segundo Ducrot (1987), descreve um “estado de coisas”, o qual inclusive poderia ser parafraseado (o orientando precisa de momentos propícios para produzir). O contexto contribui como pista para esta interpretação, conforme vemos no recorte (5). Nele, através da forma verbal “sei”, o enunciador sugere que entende dois tipos de tempo: um tempo cronológico, que força os alunos a cumprirem prazos, e um tempo de reflexão, o tempo que segundo Paulo, em outros momentos de enunciação, deveria imperar na academia.

Esta negação descritiva é encontrada também no enunciado (6), pelo seu teor assertivo. Tal enunciado, parafraseado em “o orientador desenvolve seu trabalho” parece descrever uma condição para o fazer do orientador: o orientador só o é a partir das condições do aluno. Talvez por isso o enunciador revela sentir-se “refém” em seu trabalho de orientação. E por outro lado parece não receber retorno: um trabalho que, segundo o enunciador, é realizado no entrelace, mas que o exclui dos resultados, colocando-o a parte do produto final, (apenas) como um orientador – aquele que orienta, mas que não é parte intrínseca.

O recorte enunciativo (7) também parece ser importante para a discussão deste tema. Esta negação polêmica traz em seu escopo o pressuposto de que o achado poderia estar em seu nome. Com efeito rebaixador e mantendo os pressupostos, este enunciado opõe-se a um enunciador, aqui desconhecido, mas efetivo.

O enunciado “Não sei.”, que responde a pergunta “Eh: é importante que esteja tudo no meu nome?”, no enunciado (8), pode ser interpretada como negação polêmica. Isso porque entendo que duas vozes, uma ouvida, conhecida e disseminada na Academia de que o orientador sabe (ou deveria saber) todas as respostas. Assim, a primeira voz, “você sabe”, parece receber um tom de oposição: “não sei”. Aqui, discursivamente, parece caber um novo lugar para esse orientador: o lugar de ser humano, que sai do lugar de oráculo – e que inclusive pode sentir, pensar e opinar.

Ao defender o tema coautoria, o enunciador traz outra nuance digna de atenção. No enunciado (9), através da negação descritiva, sugere que a coautoria relaciona-se a questões mais subjetivas do que técnicas.

Já o enunciado (10) apresenta uma negação polêmica. Isto porque, parece contrariar uma ideologia: o orientador está refletido no trabalho do orientando. Pensamos que aqui caberia um ponto para discussão: será que para os demais envolvidos nesse processo (orientando, Sistema, etc.) já está cristalizada e naturalizada a crença de que para o orientador é suficiente ser reconhecido como “refletor” desse processo de pesquisa e escritura?

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Fátima.

(11)	uma coisa que ainda não foi investigada
(12)	eu me sinto (coautora)
(13)	Não acho que a orientação seja uma coisa só do aluno não
(14)	Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não.
(15)	eu não digo coautora, mas corresponsável
(16)	eu nem nem nem nem tenho muita contradição com o aluno não.
(17)	mesmo que eu não seja citada diretamente.

Tabela 3: Recortes enunciativos da entrevista de Fátima.

No enunciado (11) temos uma negação descritiva. Uma paráfrase para a negação seria: “o tema foi investigado”. Esta negação contribui para a inauguração do sentido de que se sente coautora de trabalhos novos, se contribuem para a novidade, o que é apontado no recorte (12). Na negação, desta vez polêmica, encontrada no enunciado (13), o enunciador parece reforçar a ideia de construção conjunta da pesquisa. Aqui, o que está sendo rebaixado, contudo mantido, é o pressuposto de que o trabalho, o resultado é do aluno. Este sentimento de coautoria pode estar expresso no zelo do enunciado (14): a negação, novamente polêmica, encerra a ideia de subjetividade, de que o orientador tem direito a essa escolha.

Em (15), temos o único caso de negação metalinguística no corpus selecionado para este trabalho. Isto porque no mesmo enunciado aparece uma negação que contradiz os próprios termos da fala. Aqui, o enunciador parece jogar luz a um outro nível de participação no trabalho: em corresponsabilidade, em coconstrução. A negação polêmica do enunciado (16) traz subjacente a afirmação de que os orientadores têm problemas, embates com o aluno em relação à coautoria. Pensamos, portanto, ser produtiva uma pergunta, aqui: Se esses embates não ocorrem de forma direta, como os orientadores deixariam emergir a contradição no decorrer do processo de orientação?

Vejam a última negação, no enunciado (17). Nós a interpretamos como polêmica, pelo contexto da enunciação: “Mas eu me sinto feliz daquilo ser gerado, daquele estudo e eu to ali presente também, mesmo que eu não seja citada diretamente”. A afirmação subjacente não parece estar na não citação do orientador como coautor, mas na infelicidade que se lhes é gerada, ao não terem seus nomes reconhecidos como tais. Essa presença constante, que parece sair da significação de “bastidores” estaria em que nível? Ter o nome em coautoria nas pesquisas preencheria que lacuna para esses orientadores? A de produtividade técnica e textual (a pesquisa em si), ou a de reconhecimento material (o reconhecimento pela CAPES, por exemplo)?

Os dados do questionário de Cláudia

- (18) ausência de discussão aprofundada na área de Letras sobre a publicação de trabalhos em coautoria.
- (19) Falta de definição do papel do orientador como um possível coautor da dissertação.

Tabela 4: Recortes enunciativos do questionário de Cláudia.

Nestes enunciados não vemos a presença direta de negações, mas o que Ducrot (2001) chama de polaridades negativas. Nessas polaridades, a análise deve ser feita a partir de um enunciado morfológico ou semanticamente negativo. Vejamos como isso ocorre:

Em (18), “ausência de discussão” poderia ser substituído por “não há discussão”, o que leva à afirmação subjacente “deveria haver discussão aprofundada sobre publicação e coautoria.

O mesmo ocorre na negação descritiva em (19). Através dessa negação descritiva, o enunciador sinaliza que a afirmação parafraseada em “Existe definição do papel do orientador” está aquém da discussão de nível inclusive legal para a questão. Vemos, por exemplo, que, além de não aparecer na nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), Lei infraconstitucional que rege a educação no Brasil, o tema não aparece nas discussões teórico-metodológicas, e nem sequer filosóficas dos autores que embasam a materialização da LDB.

Este enunciador sugere discursivamente que tal discussão foge de nível pessoal e relacional, devendo ser abordado, segundo podemos inferir, em nível formal.

Os dados do questionário de Fátima

- (20) culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior
- (21) Eu, pessoalmente, não vivenciei a segunda situação enquanto orientadora
- (22) mas nda de tão polêmico
- (23) em que medida se deve ou não contribuir diretamente no texto dos candidatos

Tabela 5: Recortes enunciativos do questionário de Fátima.

Este enunciador sugere uma ampliação para o tema. No enunciado (20), temos uma negação descritiva. Esta negação poderia ser parafraseada em “os resultados devem ser os melhores”. Aqui, o enunciador não nega pressupostos ou emite uma opinião contrária ao pressuposto que aparece: reconhece apenas que nem sempre esse ideal se concretiza.

Daqui, podemos inferir a responsabilização atribuída ao orientador pelo resultado da pesquisa. Peso este que não é encontrado, segundo os enunciadores, quando a pesquisa resulta em bons frutos.

Já em (21) a negação descritiva (por ser assertiva) pode ser atribuída ao valor explicativo do enunciado, já que se pode esperar que se tenha esse tipo de experiência para assumir tal negação. Em continuidade aos sentidos construídos nesse enunciado, o enunciador argumenta: “mas já estive em bancas em que tal comentário surgiu, sempre na ausência do orientador.

Este tema aparece como continuação direta a outros momentos de enunciação. Na pergunta 10 do questionário surgem duas negações polêmicas, uma negando a polêmica das conversas entre os orientadores, em (22); e outra negando a certeza de que o orientador é contribuinte direto das pesquisas dos orientandos, (23), já que decide pelas verdades dessas contribuições, discutindo apenas a medida. Essas duas negações foram entendidas como polêmicas por não negarem pressupostos, mas por trazerem outras vozes e contradizê-las. (22) seria a voz do entendimento de que as discussões em torno de assuntos relevantes e feitas por profissionais da ciência teriam teor polêmico; (23) negando a voz que crê que os orientadores devem contribuir diretamente para as pesquisas.

Os dados do questionário de Raquel

(24) Uma orientação não levada a cabo de forma adequada leva a perder um programa

Tabela 6: Recortes enunciativos do questionário de Raquel.

No enunciado (24) o enunciador também traz à tona o tema em nível institucional – assim como Cláudia. Aqui, o enunciador aborda as sanções institucionais para o trabalho de orientação. Através dessa negação descritiva, reconhecemos a afirmação “uma orientação deve ser realizada de forma adequada”. Esta adequação, portanto, radia-se em níveis diferentes no meio acadêmico: em relação ao orientando (sucesso acadêmico do outro), em relação ao orientador (envolvimento e desgaste emocional) e em relação à instituição (responsabilização na forma como o Programa de Pós-Graduação será avaliado).

Negações em Ducrot: Considerações preliminares

Nos enunciados aqui avaliados, percebemos que as negações descritivas retratam as *condições práticas* do fazer do orientador, que parece seguir as condições que lhes são possíveis em seu trabalho de orientar. Já as negações polêmicas abordam o *ideal* desse fazer, polemizando tais questões e identificando-se como reflexivo. A única negação metalinguística sugere uma *ressignificação* para o fazer do orientador: de coautor a corresponsável. Assim, avaliar os enunciados pela perspectiva teórico-metodológica de Ducrot (1987) contribui também para a identificação da imagem desse orientador.

A polifonia das crenças

- (25) as diferenças entre as políticas de coautoria na área de Humanas (nesta área, a coautoria é vista como prática duvidosa) e nas áreas Biomédicas e Exatas (nestas áreas, a coautoria é incentivada). (Cláudia)
- (26) O orientando achar que orientador está SEMPRE ao dispor do orientado (Raquel)
- (27) sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior” (Fátima)
- (28) os trabalhos de orientação, como nas áreas das exatas deveriam ser publicados em ambos os nomes sem qualquer questionamento (Raquel)

Tabela 7: Recortes enunciativos dos diversos participantes

Ao proceder à análise desses enunciados, encontramos espaço para uma outra aplicação: essas crenças sobre a coautoria nos trabalhos acadêmicos, mais especificamente nas dissertações de mestrado, representam apenas estes enunciadores, ou trazem outras vozes?

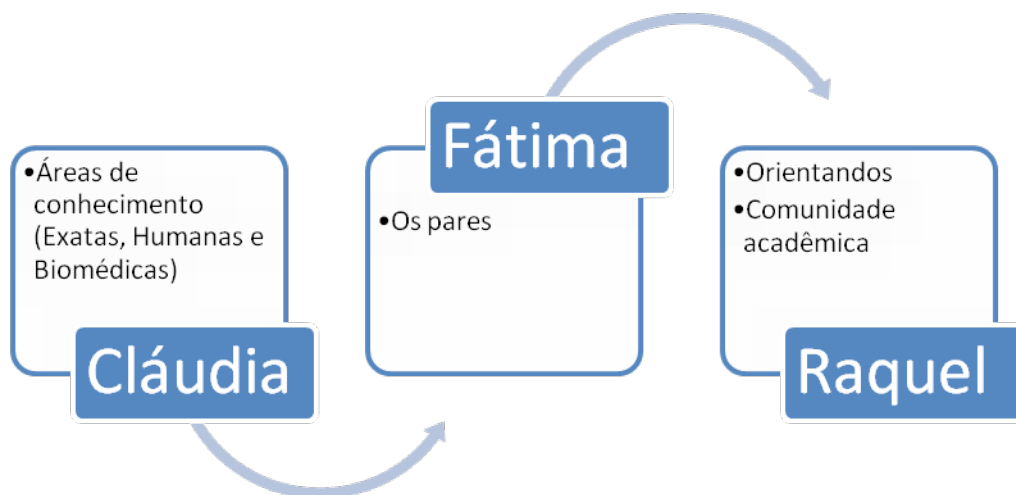
Essas vozes soaram importantes para que pudéssemos ver como e para que fim foram trazidas as outras vozes para o enunciado. Ao olhar o córpus nesta perspectiva, pudemos encontrar algumas marcas de polifonia, como no enunciado (25) acima. Entendemos que, ao argumentar sobre a polêmica da coautoria, este enunciador traz para duas vozes: a voz de profissionais da área de Humanas e a voz de profissionais das áreas de Biomédicas e Exatas. Aquela, para reforçar a polêmica; esta, para dar autoridade ao argumento de que a coautoria pudesse ser naturalmente repensada e trazida para a área de Humanas.

Outra voz trazida pelos enunciadores foi a do orientando. No enunciado (26), o mesmo é destacado como aquele que, além de autor, se consideraria “servido” pelo seu orientador. Existe uma marca bastante presente neste recorte que aponta para a relação entre orientando e orientador. Quais seriam os limites? Quem os definiria? Por que o orientador seria, como contido no enunciado de Paulo, um “refém”, nesse processo todo?

Distinguem-se outras vozes nas enunciações (27) “sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior” e (14) “Por isso que a gente ... né? Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não”, ambas do mesmo enunciador, e em fases diferentes da pesquisa. Em (27), apesar de não estarem explícitas, podemos entender que essas vozes são os participantes de bancas de defesas; ou seja: outros orientadores, portanto, pares desses sujeitos. Tal enunciado pode dar margem para uma outra questão a ser levantada: se esses orientadores percebem o processo como subjetivo, mas doloroso, porque julgariam seus pares, saindo do lugar da empatia? Por que esse nível de cobrança mesmo entre os pares, não em relação ao trabalho em si, mas em relação ao processo de orientação? Esta seria uma pista de que realmente identificam esses pares como coautores? Já em (14), podemos inferir uma ideia de inclusão, que daria peso e reconhecimento ao enunciado, já que este enunciador não estaria sozinho nesta prática que poderia ser dura: ser rigoroso.

Outra marca de polifonia é a voz da comunidade acadêmica como um todo, que também parece ser trazida para o enunciado, como em (28), em que as Exatas poderiam servir como referência para as demais.

Neste córpus, poderíamos ver marcas de polifonia, que parecem ser trazidas ou para justificar as angústias ou para autorizar os argumentos, assim resumida:



Os enunciadores de uma imagem.

A atual concepção de autoria desses enunciadores, se vistos nos termos de Maingueneau, é a de autor responsável. Isto porque relatam que são responsabilizados pelos trabalhos aquém do esperado, relatando inclusive que os participantes das bancas fazem comentários negativos na ausência desses orientadores.⁹ A queixa que parece surgir é que quando o resultado é positivo eles não são responsabilizados pelos méritos, deixando de ser fiadores e passando a... Não sabem. Porque aí não lhes caberia uma concepção de autoria, mas de orientação.

A relação entre orientador e orientando parece caber na segunda concepção de autoria defendida por Maingueneau, em que “o autor entra em redes, tem relações”.

Finalizamos esta seção apontando o que parece surgir desses enunciados, endossado em Maingueneau: “não mais do que o autor, a imagem do autor não é um ponto fixo, sequer uma zona de contato entre instâncias estáveis: é uma fronteira móvel, a resultante de um jogo de equilíbrio instável em reconfiguração permanente.” (p. 152). Fato que talvez dê aos orientadores uma visão de autoria diferente do que é difundido, a construção de uma outra imagem de autor de dissertações.

Retomando a questão: A autoria - de Foucault aos Orientadores

As questões provocadas pelo presente corpus, provocam outras perguntas que possibilitam discussões no mínimo complexas: ao reivindicarem a coautoria nos trabalhos dos alunos, estariam sinalizando exatamente o quê? Apenas um nome na capa de um trabalho? Um reconhecimento prático, gerado pela pontuação da produção acadêmica – já que sinalizam que orientar é menos reconhecido academicamente do que produzir textos? Nesse sentido, por que será que não lhes parece ser suficiente serem chamados de orientadores? Ou será que o que esses orientadores reivindicam é a “função autor”?

Consciente da complexidade das perguntas acima, e da necessidade de amplos e longos debates para esmiuçá-las, aproveitamos para ampliá-las a partir de um outro ponto de vista, trazendo-lhes um contraponto. Se, segundo Foucault, na constituição de uma obra, há que haver “o princípio de uma certa unidade escrita” (p. 18), como ficaria a questão da coautoria a partir desse prisma? A unidade escrita teria referência em quem? Ou ao orientar, essas marcas semióticas do orientador naturalmente aparecem no

⁹ Apesar de Maingueneau explicitar que o autor-fiador é responsável pelo peritexto (p. 143), não conseguimos deixar de aplicar desta forma a este contexto, mesmo incorrendo na transgressão.

trabalho do aluno (margem para esta questão está nos enunciados aqui analisados, em que alguns enunciadores citam a revisão de texto de seus alunos).

A pergunta é: aquele trabalho daquele orientando marca quem? Teria a marca representativa do nome daquele orientador, ou marcaria a iniciação científica do aluno orientado? Ao olhar o conjunto da obra, aquele trabalho de dissertação carregaria marcas fortes e identificadoras daquele orientador? Ou o questionamento desses orientadores é menos simples do que isso?

Por outro lado, a própria fala de Foucault dá guarida a um outro nível de reflexões: “ela (função autor) não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” (p. 20) . Seria o caso de o orientador vir a ocupar a posição de autoria em um outro nível? Poderia existir um outro nível de autoria que não o da coautoria?

Esta última pergunta soa-me mais com um tom de proposta. Foucault mesmo assume que dá um sentido restrito ao termo autor (p. 20). Vejamos: Foucault defende que há momentos em que a função autor excede sua própria obra, possibilitando outras novas obras. Nesse sentido, poderíamos pensar que a função de coautoria do orientador poderia estar para além de fazer um texto? Este orientador estaria possibilitando o texto do aluno a partir de um outro nível de texto (conhecimento, experiência, incitações...)? Então seria um outro nível de autoria?

O próprio Foucault reconhece que estas são reflexões iniciais sobre o tema autoria, e provoca, ele mesmo aos seus ouvintes, a fomentarem o tema, tratando-o por incipiente, mas relevante visto desta maneira. Tratar este corpus a partir dessa perspectiva pode ser produtivo no sentido de pensar não apenas a questão da autoria, nem em que consiste a autoria, mas de que nível de autoria estes enunciadores estão falando.

Considerações finais

Este trabalho procurou investigar o discurso do professor orientador de pesquisas acadêmicas em nível de mestrado, concentrando-se nas suas crenças sobre o conceito de autoria e coautoria. Os dados foram gerados em uma entrevista realizada com seis orientadores de três esferas universitárias: estadual, privada e federal; e a partir de um questionário, respondido pelos sujeitos em segundo momento da pesquisa. Tais dados fizeram emergir o tema em destaque neste trabalho, apesar de as perguntas não tocarem diretamente o assunto.

As análises linguísticas, realizadas a partir de conceitos da Análise do Discurso francesa (AD), dão a possibilidade de interpretação de que existe a crença de que os orientadores são, na prática, coautores das pesquisas de seus orientandos. Contudo, foi na triangulação dos dados que percebemos a complexidade e os desdobramentos do tema. Se no questionário parece surgir uma reivindicação de coautoria, na entrevista eles apontam que a função do orientador é estar à margem. Isso se revela também na angústia de não se poder fazer nada mais do que incentivar.

O que em tese os sujeitos desta pesquisa chamaram de “coautoria”, na justificativa e na argumentação parece basear-se em responsabilizações e em “corresponsabilidade”, conforme escolha lexical de Fátima. Foi então que surgiu uma outra pergunta para futuras reflexões: será que a reivindicação de coautoria seria uma forma de compensar o desgaste emocional, e não necessariamente o apoio técnico-científico?

Além disso, parece conviver com a crença da coautoria uma outra: a da retroalimentação. Tanto Consuelo quanto Rafaela sugerem, em seus recortes

discursivos, que a orientação retroalimenta seus conhecimentos (visto nos recortes “se sente contribuinte...?” e “Por que orienta”, respectivamente. Recortes esses trabalhados em outros momentos da minha dissertação).

Mas supomos que emerge uma ausência nesta questão: a ausência de um termo que abarque a definição de autoria, trazida por esses sujeitos, que parece não ter o mesmo teor de autoria clássica, como conhecemos - parece ser um trabalho de outro nível. Assim como esperamos ter ficado claro ser este um tema bastante polêmico e subjetivo, visto que nem a literatura o desenvolve exaustiva e definitivamente, nem as pesquisas o tem explorado de forma a diminuir as lacunas. Daqui, ficam as possibilidades de outras reflexões, ainda que no dissenso, como acontece em outros tópicos de discussão, mas que possibilitam ao menos que as discussões sejam ampliadas e refletidas.

Referências Bibliográficas

ALVEZ-MAZZOTI, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas p. 147-177. In: ALVEZ-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p 129- 146.

BARTHES, R. *A morte do autor*. O Rumor da Língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In.: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Fontes, 1987. 161-218.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In. FOUCAULT, M. Ditos e escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (Vol III). RJ: Forense Universitária, 2001. P. 264-298.

GUIMARÃES, S. A. H. *Trazendo à baila a voz que fomenta pesquisas em linguagem: uma análise crítica do discurso do professor-orientador através do Sistema de Transitividade*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2011, 200 p.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. (org). *Por uma linguística indisciplinar*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 85-107

MAINGUENEAU, D. A noção de autor em Análise do Discurso. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 25-47.

_____. Imagem de autor: não há autor sem imagem. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 138-156.

MURILLO, L. F. R. *Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso*. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/>. Acesso em: Novembro, 2010.

Anexo 1: transcrição das entrevistas

Rafaela (...) Tem uns que- fazem uma coisa muito linear. Fulano falou isso. Aí fulano falou aquilo. E PRONto, né? Aí então até dizer que tem

um quadro todo aqui...e eles tão falando assim...entao tudo isso eu acho interessante, Essa produção. Às vezes ficam muito tempo sem produzir nada. Eu fi- eu fico aflita. Depois vou ter que ler, dar retorno. (...) MEUS mestrandos, entendo eu, eles estão, eles escrevem BEM: devagar, eles deMO:ram escrever. Aí de repente aparecem com uma porção de capítulos.

Paulo Ah, gera uma certa: ansiedade a coisa da- orientação, é certo isso, porque e- você muitas vezes se sente muito refém do outro, você eh: por mais que você fale discuta oriente peça coisas e tal, se o aluno, se o seu orientando não tá no momento de produzir de escrever e eu sei que escrever é difícil, algumas coisas precisam se tornar pra isso, eh, você então fica imobilizado não podendo continuar. Na verdade isso angustia (...) Eu vou te dizer o seguinte, eu vou te dizer que eu me si:nto: em MUItas situações de de orientação numa situação bastante: eh complicada. Eu já me vi. lendo trabalhos de orientandos meus eu já. Até passado já. Orientação que encerrou, e tal, eu olho, relendo algumas coisas e digo assim puxa vida, foi eu que conversei sobre isso aqui. Eu disse isso daqui. Tem uma pista interessante, um achado legal. Mas um achado legal que não tá no meu nome. Né? Eh: é importante que esteja tudo no meu nome? Não sei. De alguma for:ma eh: eu gosto de eh: reconhecer aquilo que eu faço. Né? e aquilo ali tem a minha marca, tem a minha mão. Então eu me sinto assim? me sinto sim, me sinto coautor daquilo que tá ali sim. Eu vou te dizer que em 90% dos casos, sei lá, né? aqueles casos eu reservo de trabalhos que: com os quais eu não criei uma afinidade maior, né? Com os quais eu acho que não tive uma implicação. Há trabalhos assim. Também. E aí eu vejo eh: que muito pouco de mim eu consegui deixar ali como minha marca. Mas eu acho que na maioria das vezes sim. E não gosto de me ver refletido no trabalho do outro. É uma contradição = Você tem que orientar, você tem que dizer coisas ali, repetir, você aponta caminhos, e depois quando você vê o caminho que você apontou como sendo autoria do outro sem qualquer forma de reconhecimento, né? Porque muitas vezes o aluno deixa de perceber que ele pode dizer assim esta pista me foi dada por fulano numa aula tal, assim, assim. Isso é importante como uma citação. Né? Eu acho importante, né? Então eu acho que já me vi várias vezes numa situação como essa.

Consuelo: (O tema não surge)

Cláudia (O tema não surge)

Fátima Ah: eu: eu me si:nto mui:to: corresponsável por aquilo que tá sendo feito. entÃO: se a gente tá investigando uma coisa que ainda não foi investigada, ou que já foi investigada de um jeito e a gente tá vendo de outro, eu me sinto ... que est- através da orientaÇÃO. Não acho que a orientação seja uma coisa só do aluno não. Eu me sinto: ali presente. Então o sucesso ou ou. Por isso que a gente ... né? Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não. Eu me sinto coautora correspons- eu não digo coautora, mas corresponsável. Então... eh: eu sinto que é uma forma de contribuir sim. Às vezes até às vezes mais. Em alguns casos até mais. Do que o que você ta fazendo sozinha, entende? Ter orgulho do trabalho que foi feito. A gente trabalhou jun:to, pensou jun:to, chegou num cam- né? E e ... é do aLUno. O nome é do aluno, o aluno não sei quê, eu nem nem nem nem tenho muita contradição com o aluno não. Mas eu me sinto feliz daquilo ser gerado, daquele estudo e eu to ali presente também, mesmo que eu não seja citada diretamente.

Raquel (O tema não surge)

Anexo 02: os dados do questionário

Rafaella (O tema não surge)

Paulo	(O tema não surge)
Consuelo:	(O tema não surge)
Cláudia	<p>Nível Institucional: (...) ausência de discussão aprofundada na área de Letras sobre a publicação de trabalhos em <u>coautoria</u> com orientandos e as diferenças entre as políticas de <u>coautoria</u> na área de Humanas (nesta área, a coautoria é vista como prática duvidosa) e nas áreas Biomédicas e Exatas (nestas áreas, a coautoria é incentivada).</p> <p>Nível Legal: Falta de definição do papel do orientador como um possível co-autor da dissertação.</p>
Fátima	<p>Nível Pessoal: acho que há uma cultura na academia que me aborrece um pouco: sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior. Eu, pessoalmente, não vivenciei a segunda situação enquanto orientadora, mas já estive em bancas em que tal comentário surgiu, sempre na ausência do orientador. Esse comentário tem a ver com o que apontei em minha resposta à pergunta 10¹⁰.</p>
Raquel	<p>Nível Pessoal: O orientando achar que orientador está SEMPRE ao dispor do orientado, que não tem direito a férias, que responde emails a toda e qualquer hora.</p> <p>Nível Relacional (orientador/orientando): O fato de o trabalho de orientação ser exaustivo emocionalmente.</p> <p>Nível Institucional: Uma orientação não levada a cabo de forma adequada leva a perder um programa – isto é muito desgastante – mas há pouco o que fazer.</p> <p>Nível Legal: O trabalho de orientação É EM CONJUNTO. Há poucos alunos que realmente fazem o trabalho de pesquisa sozinho. Há pouquíssimos alunos que reconhecem que metade ou mais ideias e textos são verdadeiramente seus – os trabalhos de orientação, como nas áreas das exatas deveriam ser publicados em ambos os nomes sem qualquer questionamento.</p>

¹⁰ O comentário refere-se à pergunta “Costuma ocorrer alguma divergência nessas conversas? Se sim, de que tipo?”, cuja resposta foi: Às vezes, mas nda de tão polêmico. O que às vezes ocorre é aquela discussão sobre em que medida se deve ou não contribuir diretamente no texto dos candidatos.